

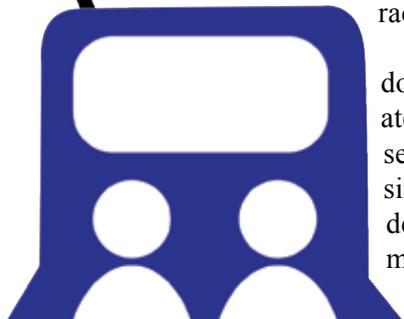


# METROVIÁRIOS

DO BRASIL

Publicação da Federação Nacional dos Metroviários - Fenametro - ano 3 - nº 18 - março de 2007

## Vem aí a 2ª Plenária Nacional



**Plenária Nacional  
dos Metroviários  
FENAMETRO**

**N**os próximos dias 30, 31 de março e 01 de abril, será realizado no Hotel Aldeia do Vale, em Jacareí (SP), a 2ª Plenária Nacional dos Metroviários. Depois do Congresso, a Plenária é a maior instância de deliberação e decisão da Fenametro e se realiza a cada

três anos. Seu objetivo é atualizar as deliberações do Congresso e aprovar as principais lutas a serem desenvolvidas pelos metroviários nacionalmente por meio da Federação.

A eleição dos delegados poderá ser realizada até o dia 23 de março e serão eleitos em cada sindicato na proporção de 1 delegado(a) por 380 metroviários na base, com a garantia de no mínimo dois delegados por entidade. A pauta da Plenária prevê o debate sobre a conjuntura internacional e nacional,

balanço da Fenametro e plano de lutas. O texto base para o debate será disponibilizado até o dia 20 de março, podendo receber contribuições da categoria no período de 19 a 22 de março. Todas as contribuições encaminhadas neste prazo

serão objeto de análise dos delegados e delegadas à Plenária.

Cumprindo deliberação do Congresso, no período da manhã do dia 30 de março será debatido a concepção e a forma como estão sendo tratados os problemas de segurança operacional nos metrô. O debate sobre a militarização dos corpos de segurança, a terceirização e o desmonte do papel orientador e preventivo dos trabalhadores desta área nas empresas metroviárias precisa orientar e conduzir a uma luta específica sobre o tema para a categoria em todo o país. No período da tarde, o debate será sobre os problemas dos metroviários e metroviárias aposentadas, as entidades de aposentados da categoria, os planos de previdência e de saúde e os direitos previdenciários dos aposentados e pensionistas, geridos pelo INSS.



## Mulheres metroviárias realizam 2º Encontro

Nos dias 28 e 29 de março, as mulheres metroviárias de todo o país realizarão o 2º Encontro Nacional da Mulheres Metroviárias. Na pauta estão a discussão sobre a situação das mulheres na atual conjuntura, a discriminação de gênero e raça, os desafios das mulheres e o mercado de trabalho e a aplicação de ações afirmativas. Em debate também está a situação da violência contra a mulher e a necessidade de proteger sua saúde.

O Encontro deve debater e aprovar um plano de lutas com as principais reivindicações das mulheres metroviárias tanto nacionalmente como em cada uma das entidades estaduais.

As delegadas foram eleitas nos Estados por meio de Encontros Estaduais, que também debateram a situação das metroviárias em cada uma das empresas.

### NA PASSAGEM DO DIA INTERNACIONAL DA MULHER A FENAMETRO HOMENAGEIA A LUTA DAS MULHERES METROVIÁRIAS

**Direito de greve é inegociável**  
Página 2

**Projeto foi reapresentado**  
Página 2

**Linha 4: Histórico de descaso**  
Página 4

# DIREITO DE GREVE É INEGOCIÁVEL

**A** Fenametro, representante de trabalhadores pertencentes a uma das categorias que prestam serviços ditos “essenciais”, repudia com veemência a decisão do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de propor a restrição ao direito de greve. Os trabalhadores têm uma longa história de batalhas para consagrar seus direitos na legislação sindical e trabalhista. É daí que surgiu o direito, ainda que restrito, de livre organização.

Para tanto, muitos foram mortos, torturados e banidos do país até o fim da ditadura militar e a conversão dessa luta em princípios constitucionais.

São direitos ainda limitados, é verdade, mas que fazem parte da democracia dos trabalhadores — fundada no princípio da livre decisão consciente de cada categoria sobre

as atitudes que devem ser adotadas nesta ou naquela situação. Não cabe ao Estado, aos patrões ou a quem quer que seja dizer aos trabalhadores o que eles devem ou não fazer.

A greve é um instrumento do qual os trabalhadores jamais devem abrir mão. Ela serve, em primeiro lugar, para mostrar a essência do capitalismo no que diz respeito às relações econômicas de uma determinada sociedade. Quando os trabalhadores levantam juntos suas reivindicações, e se negam a submeter-se aos senhores do capital, deixam de ser escravos assalariados e começam a exigir que seu trabalho seja minimamente reconhecido. A greve lembra o poder dos trabalhadores, que assumem a sua condição de homens e mulheres donos de si, fortalecendo sua unidade e sua independência. Compreende-se, portanto, porque o patronato tenta,

de todas as formas, impor limites ao seu livre exercício.

Incompreensível é que esta proposta seja feita pelo governo do presidente Lula, defendida pelo ministro do Trabalho Luiz Marinho, ex-sindicalistas, pois o resultado seria um instrumento jurídico atrasado e autoritário, que tende a garantir a unilateralidade da relação da função pública, submetendo os trabalhadores à esfera de vontade do Estado. Naturalmente, a negociação das relações de trabalho, em que o Estado é parte, deve realizar-se no plano coletivo.

Há instrumentos controversos quanto a isso, como a Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)

— usada pelo governo como pretexto para a proposta de restrição ao direito de greve —, mas há também a Convenção 158, que protege os trabalhadores contra a

demissão imotivada, voltada para a instituição de relações democráticas no trabalho do setor público, compatíveis com o estágio atual do Estado de Direito.

Os metroviários, mais do que ninguém, sabem disso. Nossos sindicatos pelo país afora se defrontam com ações abusivas, que atentam contra o direito de organização dos trabalhadores com a falsa tese de reparação de danos causado à população por greves em serviços “essenciais”. Essas ações visam a punição dos sindicatos e nada tem a ver com os direitos do povo, como alegam certas autoridades dos ministérios públicos. A Fenametro está atenta ao desenrolar da resistência a essa medida, já manifestada por vários setores do sindicalismo brasileiro, e participará ativamente das lutas contra essa iniciativa nefasta.



## FIQUE POR DENTRO

### PROJETO DE REGULAMENTAÇÃO FOI REAPRESENTADO NA CÂMARA

**A** pedido do ex-deputado federal Jamil Murad (PCdoB-SP), o Projeto de Lei 5654, que havia sido arquivado em função do encerramento da legislatura, foi reapresentado pelo deputado federal Edmilson Valentim (PCdoB-RJ) e agora tem o número 115/2007.

Ao reapresentar o Projeto de Lei, o deputado já considerou e incluiu todas as emendas que haviam sido aprovadas na tramitação anterior, o que deve facilitar a atual tramitação. Reproduzimos abaixo a justificativa apresentada pelo deputado na reapresentação do Projeto de Lei:

“Este Projeto de Lei foi apresentado na última Legislatura pelo eminente deputado Jamil Murad (PCdoB/SP), mas, a proposição não foi votada pela Câmara dos Deputados e por isso, foi arquivada, nos termos do art. 105 do Regimento Interno.

Considerando a grande importância para os trabalhadores do setor de transporte metroviário, ferroviário e outros modais, reapresento o projeto de lei para nova análise dessa Casa. Entendo ser meritório e mais produtivo para o trâmite da matéria, incluí no texto original do projeto as emendas apresentadas nas comissões de Trabalho e de Viação e Transportes.

A sua reapresentação justifica-se pelo fato do transporte metroviário e de trens urbanos, subterrâneo ou à céu aberto, ter alcançado notável desenvolvimento nas últimas décadas. Esse tipo de transporte foi implantado em várias cidades brasileiras, em algumas sob a designação de trem metropolitano, porém, com a idéia básica de rapidez, segurança e eficiência no transporte de passageiros.

Os serviços de transportes metroviários e metroferroviários são operados em regra por empresas públicas, ligadas por sua vez aos Estados, aos Municípios e à União, havendo, também empresas privadas operando sob o regime de concessão.

Essa disparidade, de operadoras do transporte, trouxe, tratamento desigual aos trabalhadores dessas empresas, não só na jornada de trabalho, mas na denominação das funções e faixas salariais, apesar desses trabalhadores exercerem as mesmas atividades e as empresas terem a mesma atividade.

O objetivo deste projeto de lei é corrigir essas distorções e unificar nacionalmente o tratamento aos trabalhadores dessas empresas, dando-lhes um regulamento mínimo para a profissão, com salário e jornada de trabalho unificados nacionalmente.”

### REPRESENTANTE DOS TRABALHADORES NO CONSELHO DA CBTU SERÁ ELEITO

Na reunião do último dia 26 de janeiro, o Conselho de Administração da CBTU aprovou a proposição do conselheiro Wagner Fajardo, representante dos trabalhadores e presidente da Fenametro, que altera o parágrafo 1º do artigo 12 do estatuto social da empresa e prevê a indicação pelo Ministro das Cidades de um representante dos trabalhadores escolhido de uma lista tríplex eleita pelos funcionários. Tendo em vista que o presidente Lula deve indicar quem será o titular no Ministério das Cidades nos próximos dias, foi acordado com a direção da CBTU a realização das eleições, ainda em março, dos três representantes que serão indicados para a escolha do ministro.

O regimento e o cronograma das eleições estão sendo preparadas pela área de recursos humanos da CBTU, com o

aval do conselheiro Wagner Fajardo e dos sindicatos de metroviários e ferroviários que representam os trabalhadores da empresa, e serão divulgados em todas as superintendências.

Este é um passo importante de participação dos trabalhadores, pois permite que a categoria tome conhecimento dos rumos da empresa, ao mesmo tempo que dispõe de um porta-voz no topo da hierarquia da CBTU. É unanimidade entre os sindicatos que a participação do presidente da Fenametro, representando os trabalhadores neste último período, permitiu a denúncia de problemas nas unidades da empresa, o posicionamento dos trabalhadores frente às decisões da empresa e a instrumentalização da luta com dados concretos — como a batalha contra a municipalização da superintendência de Salvador.

# ACONTECE NOS ESTADOS



## METROVIÁRIOS DE MG DEFLAGRAM CAMPANHA PELO PCS

Os metroviários do Estado de Minas Gerais estão acelerando a mobilização para pressionar a CBTU no sentido de cumprir a cláusula do acordo coletivo que estabelece a constituição de uma comissão a fim de propor a revisão do Plano de Cargos e Salários (PCS) da categoria. Os metroviários mineiros estão usando camisetas e bôtons da campanha, e o sindicato enviou carta à DRT comunicando o descumprimento do acordo. No próximo dia 20 de março haverá uma reunião entre as partes envolvidas.

O recurso à Justiça do Trabalho se deve ao fato de a empresa não responder aos pedidos do sindicato para conversações. Além de enviar cartas cobrando uma posição, o assunto foi tratado em telefonemas que não sensibilizaram a direção da empresa. Para o sindicato, esse descaso revela a intenção do Metrô de não resolver o problema na mesa de negociações. Tendo em vista essa perspectiva, o sindicato está adotando o PCS como um dos motes para a campanha salarial de maio, na data base da categoria em âmbito nacional, que deve se estender para outros Estados.



## METROVIÁRIOS DO RS DENUNCIAM PLANO CONTRA A TRENSURB

O sindicato dos metroviários do Estado do Rio Grande do Sul está preparando a categoria para resistir à investida do

novo governo estadual pela estadualização da Trensurb. A intenção foi revelada pela governadora Yeda Crusius (PSDB). Segundo o sindicato, a governadora não teria se manifestado a respeito se a intenção não fosse real. “A regionalização da Trensurb pode vir a galope”, alerta o sindicato.

Para os metroviários gaúchos, a intenção de Yeda Crusius pode ser facilitada pela diretriz antiga do governo federal de regionalizar todos os metrô ainda vinculados ao Ministério das Cidades. Uma dessas evidências é a ausência de recursos do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) à Trensurb para a extensão das obras até Novo Hamburgo — cidade da Região Metropolitana de Porto Alegre.

O sindicato denuncia ainda a redução drástica das despesas com custeio nos últimos três anos como parte do plano. “O que poderia querer o Estado com a Trensurb, a não ser livrar-se imediatamente dela?”, indaga a entidade sindical. Os metroviários dizem que o governo estadual pretende, caso essa investida tenha sucesso, fazer o governo federal assumir os passivos da Trensurb para passar à iniciativa privada o “filé” da empresa. “Vamos colocar a sociedade e os parlamentares nessa discussão e trazer à tona o que está sendo preparado para a Trensurb”, afirma o sindicato.



## METROVIÁRIOS DE PE COMEMORAM 20 ANOS DE SINDICATO

No dia 27 de fevereiro, o sindicato dos metroviários de Pernambuco completou 20 anos de fundação. Segundo o boletim da entidade, o sindicato nasceu a partir da criação da Associação Profissional, que teve um caráter pré-sindical, durante a ascensão dos movimentos

sociais no final dos anos 70 e início dos anos 80. “Naquela época, foi fundamental a troca de experiência com os metroviários de São Paulo, além da presença de pessoas ligadas ao movimento estudantil e à Igreja Católica”, diz a matéria

Em 12 de dezembro de 1986, os metroviários participaram pela primeira vez de uma greve geral. Em 1987, foram a primeira categoria a fazer greve em defesa da jornada de trabalho de 6 horas diárias. Na ocasião, os metroviários pernambucanos também puxaram a campanha em defesa do adicional de periculosidade. “Na era FHC, tivemos a privatização da RFFSA e a transferência de várias superintendências da CBTU para os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro”, diz o sindicato.

Apesar de todos esses ataques, a categoria resistiu bravamente, defendendo seus direitos e retomando sua participação na organização nacional dos metroviários por meio da Fenametro. Nessa retomada, metroviários demitidos foram reintegrados, congressos foram realizados e cresceu a luta em defesa do Metrô.



## METROVIÁRIOS DO RJ DENUNCIAM PROJETO ABSURDO

A Opportans, concessão que explora o Metrô no Rio de Janeiro, reapresentou um absurdo projeto de ligação entre as linhas 1 e 2. Este projeto, que já foi apresentado e rejeitado em 2000, consiste na passagem obrigatória dos trens por dentro do Centro de Manutenção traz sérios riscos à operação e aos usuários, uma vez que as vias não têm características próprias para o tráfego de passageiros. Além disso a implantação dessa nova linha sepultaria por definitivo a

conclusão da Linha 2 do Metrô carioca.

A Fenametro e o Sindicato dos Metroviários do Rio de Janeiro estão se mobilizando para tentar barrar essa inconseqüente idéia. Já foram realizadas inúmeras reuniões, inclusive com a participação do Secretário de Estado de Transportes, e a discussão tende a se aprofundar, já que estão sendo contatadas as Associações de Moradores das áreas que seriam prejudicadas, para, em conjunto, iniciarem-se lutas mais consistentes.

Por outro lado, já foram encaminhadas ao Ministério Público do Trabalho diversas denúncias sobre as condições de trabalho na empresa, principalmente sobre os problemas decorrentes da falta de equipamentos de segurança. E segurança é o que não há nessa proposta. A Opportans já foi notificada e deve se pronunciar em breve a respeito. Que fique claro que a inconseqüência é um dos fatores preponderantes quando se fala em segurança. Mas só se fala nisso quando acidentes graves ocorrem.



## ELEIÇÕES DO SIDMETRO-CE

Desde outubro de ano dois mil e seis quando o governo do estado tirou do SINDMETRO-CE, o direito de representar a categoria, como represália por várias ações movidas contra o METROFOR, as dificuldades financeiras passaram a ser o novo problema. Como não esta havendo contribuição descontada em folha, o sindicato esta sobrevivendo de doações de alguns companheiros. Ao que tudo indica não há previsão para uma solução política, pois mesmo havendo mudanças no novo governo, a direção da empresa praticamente continua a mesma. Porem isso não impedirá a realização das eleições para um novo mandato de três anos que acontecerá no final do mês de abril.

## LINHA 4 AMARELA

# Linha 4 do Metrô paulista: um histórico do descaso

Os metroviários de São Paulo continuam conquistando apoios à sua luta contra as manobras do Metrô e do governo do Estado para fingir que estão tomando alguma providência em relação ao desastre que é a linha 4 — Amarela. Depois de muitas audiências públicas, distribuição de cartas abertas e Jornal do Usuário, abaixo-assinado, atos públicos e greve, os metroviários já contabilizam um saldo amplamente positivo em suas denúncias contra a irresponsabilidade do governo paulista. Os sindicatos dos metroviários, dos engenheiros, dos arquitetos, funcionários do IPT, a Fenametro, entre outras

entidades, formaram uma comissão técnica com o objetivo de pressionar o governo estadual e o Metrô para que eles permitam que especialistas destas instituições participem das investigações que vão apurar as reais causas do recente acidente de forma isenta, transparente e independente.

Além disso, há uma pressão para que os parlamentares da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) instaurem uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) a fim de investigar o contrato e andamento das obras. O sindicato também se articulou com entidades dispostas a ir a fundo na luta contra

as privatizações, terceirizações e o sucateamento das empresas públicas. Paralelamente, o sindicato protocolou uma representação nos ministérios públicos estadual e do trabalho, solicitando a interrupção imediata das obras.

A Fenametro está produzindo um dossiê sobre o histórico da linha 4 — Amarela, que em breve estará em nosso site. Em síntese, o documento recuperará a história da luta dos metroviários contra os absurdos que aconteceram ali desde o anúncio da obra civil em uma audiência pública realizada no dia 3 de fevereiro de 1994. É um histórico de como se iniciou o processo de privatiza-

ção gradual e disfarçada do Metrô, aliada aos cortes nos investimentos e redução do quadro de funcionários — inclusive técnicos da mais alta qualificação. A degradação da qualidade dos serviços já era sensível. O conceito que outrora os usuários nutriam sobre o funcionamento do Metrô, tido como um exemplo de qualidade, profissionalismo e eficiência, começava a se tornar coisa do passado.

O Plano de Demissão Voluntária (PDV) aplicado por determinação do ex-governador Mário Cova (PSDB), com o “enxugamento” das áreas estratégicas de planejamento, projetos e obras, resultou na intensificação da carga de trabalho, no expressivo aumento das doenças ocupacionais e na piora da qualidade dos serviços. As terceirizações (limpeza, motoristas etc.) sofreram efeito semelhante. Tais medidas já revelavam o descaso do governo com o mais precioso patrimônio do Metrô: os funcionários, que constituem um componente fundamental da tecnologia da empresa.

## Metroviários do DF se mobilizam por novo acordo coletivo

Os metroviários de Brasília (DF) travam uma dura batalha com o Metrô para defender suas conquistas e garantir um novo acordo coletivo. Com data base em 1º de março, a categoria iniciou os preparativos da campanha salarial com antecedência justamente para evitar que a empresa recorresse novamente ao expediente de protelar as negociações com a finalidade de prejudicar os trabalhadores. Já no dia 20 de janeiro, 508 metroviários — mais ou menos a metade da categoria — participaram da assembleia que aprovou a pauta de reivindicações, que foi encaminhada imediatamente ao Metrô.

Como em outras campanhas, a empresa propôs uma prorrogação do

acordo coletivo por quatro meses. A categoria, escaudada pela experiência de perder os benefícios do novo acordo coletivo nesses meses de prorrogação, não aceitou a proposta. A decisão foi tomada por meio de uma votação amplamente facilitada que conferiu ao sindicato a autoridade de rejeitar o pedido da empresa. Segundo o coordenador geral do sindicato, Samuel Alves da Silva, a categoria estava tão revoltada que mesmo correndo o risco de ter direitos suspensos no período em que o acordo coletivo estaria em litígio decidiu não aceitar a prorrogação.

O sindicato ainda tentou propor algo intermediário — um, dois ou até três meses — mas a empresa,

apostando na desmobilização dos metroviários, não aceitou. A resposta veio na forma da votação que garantiu ao sindicato manter o processo de negociação. Até no dia da votação, o Metrô tentou pressionar, enviando uma carta ao sindicato dando um ultimato para a aceitação da proposta em pleno andamento da consulta à base. Os metroviários não recuaram e a empresa tentou culpar a entidade sindical com o frágil argumento de “excesso de formalismo”.

Diante da firme postura da categoria, a empresa recuou parcialmente de sua decisão de suspender direitos. O sindicato recorreu à DRT, que já realizou uma mesa redonda na qual o Metrô disse que não tinha autonomia para negociar. Diante disso, a DRT convidou o governo do DF para nova mesa redonda que acontecerá nos próximos dias. Segundo Samuel Alves da Silva, a categoria está mobilizada e preparada para lutar até a conquista de um novo acordo coletivo.

### EXPEDIENTE

Jornal METROVIÁRIOS DO BRASIL é uma publicação da Fenametro - Federação Nacional dos Metroviários.  
Rua Serra do Japi, 31 - São Paulo - SP - CEP 03309-000 - Fone: (11) 6195-3605  
Diretoria Executiva: Presidente: Wagner Fajardo - SP; Vice-presidente: Edgard - RJ; Secretário Geral: Schuster - RS; Tesoureiro: Raimundo - SP;  
1º Tesoureiro: Onofre - SP; Imprensa: Ronaldo - RJ; Saúde: Cirano - PE; Pol. Sind.: Innocência - PE; Formação: Cassiano - DF; Tecnologia: Anchieta - CE; Mulher: Ivânia - SP; Ass. Discr. Racial: Rosa - SP; Rel. Intersind.: Alda - MG; Ass. Aposentadoria: Eliezar - RS; Jornalista Responsável: Osvaldo Bertolino, MTB: 33472. Criação e Diagramação: Andocides Bezerra.  
Página na Internet: www.fenametro.org.br. E-mail: fenametro@fenametro.org.br